XXV Congresso de Iniciação Científica da Unicamp

18 a 20 Outubro Campinas | Brasil

O contexto histórico legal do Programa Ampliação do Ensino Fundamental para Nove Anos

Jaqueline Cristina da Silva*, Gêssica Priscila Ramos.

Resumo

No ano de 2006 foi aprovada a Lei nº11.274, que alterou a duração do ensino fundamental de oito para nove anos, no Brasil, e estabeleceu a matrícula obrigatória a partir dos 6 anos de idade. Essa mudança repercutiu em toda a educação básica e tornou necessária a discussão acerca dessa política de ampliação. Um dos aspectos fundamentais é compreender o contexto histórico legal do Programa Ampliação do Ensino Fundamental para Nove Anos, que é justamente o que se propõe este estudo.

Palavras-chave:

Ensino fundamental de nove anos, contexto histórico, política educacional.

Introdução

O ensino obrigatório no Brasil vem sofrendo importantes alterações ao longo dos anos. Boa parte de suas mudanças visam à universalização da educação básica, composta pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Especialmente no que diz respeito ao ensino fundamental, várias alterações ocorreram nos últimos anos. Assim, em 2005 e 2006, ele foi ampliado de oito para nove anos, com sua matrícula obrigatória definida a partir dos 6 anos de idade, causando grande impacto na organização legal, pedagógica e curricular desta etapa da educação básica. Para a reestruturação de toda a educação brasileira, e especialmente esta etapa de ensino, é necessário conhecer a política de ampliação do ensino fundamental como um todo, seu contexto e processo de desenvolvimento. Sendo assim, o presente resumo tem como objetivo apresentar o contexto histórico legal do Programa Ampliação do Ensino Fundamental para Nove anos. Vale ressaltar que este estudo faz parte de uma pesquisa maior que busca identificar e analisar a concepção apresentada nos documentos oficiais do Programa Ampliação do Ensino para Nove anos sobre a criança ingressante nesta etapa de ensino.

Resultados e Discussão

A partir de pesquisa bibliográfica e documental, tendo por base os textos oficiais do Programa Ampliação do Ensino Fundamental para Nove Anos, constata-se que a ampliação da duração do ensino, no sentido da universalização de toda a educação básica é um movimento mundial. Não por acaso, no ano de 2001, a ideia de ampliação da duração do ensino foi estabelecida como uma das metas do PNE. Entretanto, em termos efetivos, a ampliação do ensino fundamental para nove anos de duração ocorreu, no Brasil, em dois momentos muito próximos, mas distintos. A princípio, tal processo se deu por meio da Lei nº 11.114, de 2005, que estabeleceu que a matrícula das crianças no ensino fundamental não fosse mais feita aos 7 anos de idade, mas aos 6 anos. Todavia, essa lei ainda não especificava a ampliação da duração dessa etapa da educação básica. Assim, em 2006, foi sancionada a Lei nº11.274, que dispõe sobre a duração de nove anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 anos de idade. Além disso, nessa legislação, foi especificado que os

Municípios, os Estados e o Distrito Federal teriam até o ano de 2010 para efetivar essa alteração em suas redes. Tais alterações legais geraram muitas dúvidas operacionais, que se tornaram objeto de vários documentos publicados pelo Ministério da Educação (MEC) e pareceres emitidos pelo CNE/CEB entre os anos de 2004 e 2010, a fim de auxiliar na implantação do novo ensino fundamental, bem como na definição de sua estrutura e funcionamento. Nesse sentido, foram publicados 11 pareceres, 2 resoluções e 7 documentos orientadores do chamado Programa Ampliação do Ensino Fundamental de Nove Anos, uns voltados para questões administrativas e outros para questões de cunho pedagógico. A publicação desses textos foi a principal ação do MEC nesse percurso, no sentido de, segundo os próprios documentos, proporcionar o diálogo e o suposto exercício da gestão democrática na constituição dessa política. Apesar disso, estudos (Arelaro, 2005; Arelaro et al, 2011) mostram que esse processo não se deu de forma dialogada e que existiram outros fatores, extra educacionais, que impulsionaram essa mudança no ensino fundamental - inclusive o interesse pelos recursos do FUNDEF -, tornando o tema bastante controverso no cenário educacional e especificamente escolar.

Conclusões

Percebe-se que a decisão de ampliar o ensino fundamental para nove anos no Brasil não aconteceu repentinamente, mas foi decorrente de grande processo histórico legal. Não obstante a isso, pesquisas revelam que esse processo não oportunizou espaços efetivos para se debaterem as diferentes opiniões sobre o ensino fundamental de nove anos, sobretudo com o setor educacional e escolar, tornando, na prática, um tema bastante polêmico.

Agradecimentos

Agradeço a FAPESP, pelo apoio financeiro durante a realização da pesquisa.

¹ Arelaro, L. R. G.; Jacomini, M. A.; Klein, S. B. O ensino fundamental de nove anos e o direito à educação. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.37, n.1, p.35-51, jan-abr, 2011.

² Arelaro, L.R.G. O ensino fundamental no Brasil: avanços, perplexidades e tendências. *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 26, n.92, p.1039-1066, Especial, out. 2005.